



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO

CEP 35797 - ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 293

Modifica lei nº 135 que institui Taxa de Ilu-
minação Pública e dá outras providências.

O povo do Município de Presidente Juscelino-MG, por seus
representantes, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituída a Taxa de Iluminação Pública, sobre o imóvel
situado em logradouro já servido de Iluminação Pública ou
que dela venha a servir-se, a ser aplicada a partir do exer-
cício de 1991.

Art. 2º - A Taxa de Iluminação Pública também incidirá sobre o imóvel
constituído por lote vago ou lote contendo edificações em /
construção ou já construídas, porém não consumidoras de ener-
gia elétrica, situados em logradouro servido de Iluminação
Pública ou que dela venha a servir-se.

Parágrafo Único - O imóvel que se enquadrar neste artigo será taxado à
razão de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor da
tarifa de Iluminação Pública vigente no mês de janei-
ro do ano a que se referir, estabelecido pelo Departa-
mento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE.

Art 3º - Observado o disposto no art. 1º desta Lei, cobrar-se-á a Ta-
xa de Iluminação Pública, mensalmente, calculada sobre o va-
lor da Tarifa de Iluminação Pública vigente, devendo ser ado-
tado nos intervalos de classes indicados os percentuais cor-
respondentes.

CLASSES			PERCENTUAIS DA TAXA DE IP
(kwh)			
0	a	30	Isento
31	a	50	1,5%
51	a	100	3,0%
101	a	200	6,0%
201	a	300	9,0%
Acima	de	300	10,0%

Art. 4º - O produto da taxa ora criado, constituirá receita, destinada
prioritariamente a cobrir e remunerar os serviços e dispên-
dios da Municipalidade, decorrentes da instalação, custeio e
consumo de energia elétrica para Iluminação Pública, bem co-
mo para a melhoria e ampliação do serviço.

Art. 5º - A cobrança da Taxa, relativa ao art. 1º desta Lei, poderá /
ser feita diretamente pela Prefeitura Municipal, ou por arre-
cadação junto às contas particulares de consumo de energia,
mediante Convênio, a ser celebrado com a Companhia Energéti-
ca de Minas Gerais - CEMIG, ficando, neste caso, Poder Exe-

cutivo desde já autorizado a firmar o referido Convênio.

Art. 6º - Realizado o Convênio, a CEMIG contabilizará e recolherá, mensalmente, o produto da taxa à conta vinculada, em estabelecimento de crédito escolhido, de comum acordo, pela CEMIG e pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo 1º - A CEMIG apresentará à Prefeitura, mensalmente, a fatura relativa ao fornecimento de energia elétrica acompanhada de um comprovante da arrecadação total da Taxa de Iluminação Pública.

Parágrafo 2º - Quando o saldo desta conta corrente vinculada for insuficiente para cobrir o valor da fatura de fornecimento de energia elétrica, o Executivo Municipal deverá providenciar a liquidação do valor da diferença, de acordo com os prazos e condições constantes da respectiva fatura.

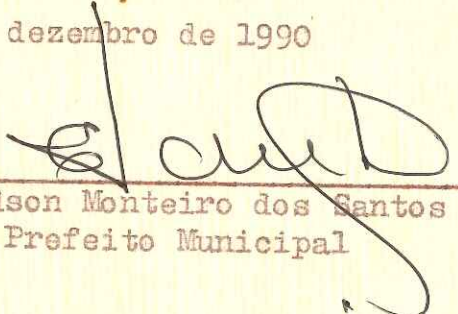
Parágrafo 3º - O "superavit" eventual, verificado entre o montante arrecado da Taxa e o valor da fatura, poderá ser aplicado, pela CEMIG, para quitação parcial ou total de outras faturas subsequentes, relativas ao fornecimento de energia elétrica à Prefeitura Municipal, e ainda, havendo saldo, poderá ser destinado a custear obras de expansão e/ou melhoramento do sistema de Iluminação Pública, e de extensão de redes urbanas do Município, caso a Prefeitura autorize.

Art. 7º - A cobrança da Taxa, referente ao art. 2º desta Lei, será feita diretamente pela Prefeitura Municipal, em conjunto com os impostos predial e territorial.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencer, que a cumpra e a faça cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Presidente Juscelino, 21 de dezembro de 1990


Edson Monteiro dos Santos
Prefeito Municipal